

**SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, PEDAGOGIA E CURRÍCULO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES.**

**SOCIOLOGY OF CHILDHOOD, PEDAGOGY AND CURRICULUM OF
EARLY CHILDHOOD EDUCATION: SOME APPROXIMATIONS.**

**SOCIOLOGÍA DE LA INFANCIA, PEDAGOGÍA Y CURRÍCULO DE LA
EDUCACIÓN INFANTIL: ALGUNAS APROXIMACIONES.**

*Andrea Braga Moruzzi

**Gabriela Guarnieri de Campos Tebet

RESUMO: A partir da compreensão de que as propostas curriculares para a educação infantil se sustentam nas teorias científicas e tendo em vista a expansão da Sociologia da Infância, este artigo discute o modo como suas principais ideias se fazem presentes no currículo da educação infantil. Seu objetivo é pontuar a presença de ideias defendidas pela Sociologia da Infância em documentos norteadores da prática pedagógica na educação infantil. Destaca que a sociologia da infância não se confunde com a pedagogia da infância, ainda que haja diálogos possíveis entre ambas. Investiga os efeitos deste campo de pesquisa nas orientações curriculares para educação infantil no período de 1995 até os dias atuais, na medida em que tais orientações permitem configurar uma abordagem metodológica que mobiliza um olhar específico para a criança, para sua socialização e para a cultura produzida nos espaços de interações infantis. A partir da pesquisa documental e bibliográfica, aponta elementos das propostas curriculares que se aproximam dos debates do campo em questão e conclui destacando alguns dos principais conceitos da sociologia que têm impactado na pedagogia e nos currículos para as crianças pequenas, tais como os conceitos de ator social, protagonismo infantil, cultura infantil e cultura da infância, e ainda, o de relações geracionais.

PALAVRAS-CHAVES: Infância; Educação Infantil; Currículo

INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas na educação infantil são atualmente emolduradas por propostas de educação que por vezes se espelham no ensino fundamental, concebem a educação infantil como uma preparação para o ensino posterior, como uma etapa também escolar e formal. Ao mesmo tempo, ou paralelamente, por propostas num sentido oposto ao primeiro, que tomam a

* Docente do Departamento de Teoria e Práticas Pedagógicas (UFSCAr). Doutorado e Mestrado em Educação (UFSCAr). Email: deab.moruzzi@ufscar.br.

** Docente do Departamento de Ciências Sociais (UNICAMP). Doutorado e Mestrado em Educação (UFSCAr).

Educação Infantil como lócus exclusivo do exercício da Infância e do coletivo infantil, privilegia e amplia os espaços e os tempos da interação entre as crianças, das brincadeiras e da promoção e afirmação da cultura infantil. Tais práticas revelam concepções sobre as crianças e são influenciadas por distintas teorias educacionais, bem como contribuem para fundamentar diferentes formulações no âmbito das políticas públicas, indicando referências e diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.

Dois importantes documentos orientaram esta etapa da educação básica até 2017 no Brasil e se constituíram como objetos do diálogo proposto neste artigo. Tais documentos são: (1) as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)”, instituídas pela Resolução CNE nº 05, de dezembro de 2009 e publicada pelo MEC em 2010, em formato de caderno ilustrado e (2) os “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (CACRDFC)”, uma republicação, de 2010, do material produzido por Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos em 1995, a pedido do MEC. A partir de 2017, é necessário somar a eles a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi fruto de tanto debate e controvérsias.

Neste artigo, ainda que possamos eventualmente fazer alguma referência à BNCC, ressaltamos que tal documento não integrou o escopo do texto, uma vez que durante a elaboração do mesmo não havia sido divulgada a sua versão final e considerando ainda que o conceito de criança e de infância presentes nas versões da BNCC divulgadas durante a escrita deste artigo eram os mesmos já presentes nas DCNEI.

Se, por um lado, os CACRDFC foram originalmente escritos em 1995 e neste período pouco – ou nada – se falava no Brasil sobre este campo que hoje denominamos como “Sociologia da Infância”, por outro, devemos ter em mente que as principais ideias que sustentam a sociologia da infância foram desenvolvidas na década de 1940 por Florestan Fernandes no Brasil, por Marcel Mauss na França, também na década de 1940, e por um conjunto de pesquisadores de língua inglesa e francesa, sobretudo a partir da década de 1980, tal como apontado por Montandon (2001) e Tebet (2013).

Assim, ainda que no Brasil a expressão “sociologia da infância” tenha ganhado maior visibilidade a partir dos anos 2000, desde o início da década de 1990 ela já circulava entre alguns pesquisadores brasileiros, conforme aponta Abramowicz (2015). De algum modo, este campo de conhecimento, ainda em consolidação na época, já influenciava o trabalho de Fúlvia Rosemberg, umas das autoras dos CACRDFC, que realizou sua pesquisa de doutorado na

França e que desde a década de 1970 vem contribuindo para o desenvolvimento de um olhar social e sociológico para a criança e a infância (MORUZZI, 2015). Assim, podemos dizer que Fúlvia Rosemberg foi uma importante divulgadora da sociologia da infância no Brasil, tendo sua obra influenciada por este campo, o que justifica nosso interesse pela análise não apenas das DCNEI (2009), como também dos CACRDFC.

No Brasil, a sociologia da infância, se desenvolveu especialmente no campo da educação¹ e tem implicado significativamente sobre práticas pedagógicas e propostas curriculares. Todavia, a sociologia da infância não é ela própria uma proposta ou abordagem para a educação, mas um campo que busca estudar a sociedade e as relações sociais a partir da categoria analítica “infância”. Trata-se de um campo teórico e não de uma metodologia, uma Sociologia e não uma Pedagogia. A partir dos debates realizados no interior desse campo, é possível que a pedagogia incorpore os conceitos desenvolvidos e elabore novas perspectivas que se apoiam na sociologia da infância, mas não devem se confundir com ela². É nessa perspectiva que buscaremos apontar algumas influências da sociologia da infância nas propostas curriculares para a educação infantil no Brasil.

Nos documentos estudados foi possível observar uma concepção de criança convergente àquela proposta no interior do campo da sociologia da infância, que entende as crianças enquanto sujeitos sociais ativos e criativos, que produzem suas próprias culturas infantis enquanto simultaneamente contribuem para a produção da sociedade adulta. No interior deste amplo campo teórico encontramos também os autores que definem a infância como um período socialmente construído no qual as crianças vivem suas vidas; nesta perspectiva as crianças fazem parte da sociedade desde seus nascimentos e a infância é parte estruturante e permanente da mesma (QVORTRUP, 1993).

A partir desses pressupostos, vemos emergir, ainda que sob diferentes perspectivas, a preocupação e o investimento em questões que tratam das crianças e da infância a partir dos seguintes eixos: sua socialização; a produção de suas culturas – as culturas infantis, seus ritos

¹ Conforme apontam resultados de pesquisa conduzida por Nascimento et al (2013) e discutidas por Nascimento (2015)

² Para uma maior aproximação com a pedagogia da infância indica-se a leitura da tese de doutorado de Eloísa Candal Rocha, escrita sob a orientação da professora Ana Lúcia G. de Faria e defendida em 1999 na UNICAMP, e que de alguma maneira é protagonista no uso do termo “Pedagogia da Infância”. Recomenda-se ainda a leitura das produções de Ana Lucia Goulart de Faria (2002, 2005 e 2011), dentre outros.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 166-185, Set/Dez, 2017. ISSN: 2236-0441
DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v28i3.4617>

ou rituais – e as implicações deste objeto/sujeito de pesquisa, as crianças, para a sociologia e para a educação.

Este artigo procura realizar um diálogo entre este campo teórico – a sociologia da infância – e as práticas pedagógicas da educação infantil, com ênfase nas orientações curriculares para este nível da Educação Básica. Temos como hipótese a ideia de que a sociologia da infância, campo considerado recente e cujo objeto de estudo não enfatiza a educação infantil, tem afetado as orientações curriculares para esta etapa da educação básica, na medida em que mobiliza um olhar diferenciado para a criança, para sua socialização e para a cultura produzida nos espaços de interações infantis. Procuramos analisar a proximidade e a convergência de concepções presentes em dois documentos, citados acima, que apresentam orientações curriculares para a educação infantil com os pressupostos mais gerais deste amplo campo teórico que tem sido chamado de sociologia da infância. Os documentos analisados são: “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (CACRDFC)”³ (1995/2009) e as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI” (2009/2010).

O documento CACRDFC definiu elementos relativos à organização e ao funcionamento interno das creches, em especial no que se refere às práticas concretas adotadas no trabalho direto com as crianças. Traçou, de modo simples e direto, uma proposta curricular para a educação de crianças de 0 a 6 anos, pautada na garantia de seus direitos, e que orienta ainda hoje educadores e pesquisadores da infância. Em 2009, este mesmo documento foi reeditado e amplamente distribuído para creches e pré-escolas de todo o Brasil, de modo que pode ser tomado como parte das orientações curriculares nacionais ainda atuais para a educação infantil.

As DCNEI aprovadas e publicadas também em 2009 têm caráter mandatório e de acordo com a análise de mérito do relator do parecer CNE/CEB nº 20/2009,

“[...] orientam a formulação de políticas, incluindo a de formação de professores e demais profissionais da Educação, e também o planejamento, desenvolvimento e avaliação pelas unidades de seu Projeto Político-Pedagógico e servem para informar as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer” (CNE/MEC, 2009, p.3).

³ Elaborado por integrantes da equipe de pesquisa sobre creche do departamento de pesquisas educacionais da Fundação Carlos Chagas, a partir de material elaborado para um projeto de assessoria e formação de profissionais de creches em Belo Horizonte, discutido no 1º Simpósio Nacional de Educação Infantil, em Brasília e publicado em 1995 pelo Ministério da Educação e da Cultura.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 166-185, Set/Dez, 2017. ISSN: 2236-0441
DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v28i3.4617>

Em nossa análise cabe perguntar e sistematizar a maneira pela qual estes documentos pensam e definem a criança e a educação infantil e de que modo estas definições se articulam com aquelas reivindicadas pela sociologia da infância. Para iniciarmos o debate, propomos abaixo uma breve revisão do campo da sociologia da infância.

A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E ALGUMAS DE SUAS PROPOSIÇÕES

A sociologia da infância é um campo de estudos que durante muito tempo foi desdenhado e ignorado pelos pesquisadores da Sociologia. Somente a partir do final da década de 1980, com o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa em diversos países, tendo como principal foco as crianças e suas culturas, e com a promoção de uma série de eventos e organizações que colocam os estudos sobre essas temáticas em evidência, é que vamos assistir a uma consolidação da sociologia da infância dando visibilidade aos estudos de autores como o sociólogo dinamarquês Jeens Qvortrup, os sociólogos britânicos Berry Mayall, Alison James, Alan Prout e Chris Jenks, a socióloga finlandesa Leena Alanen, Sarmiento e Pinto, em Portugal, Sirota, na França e Corsaro, nos Estados Unidos.

Alguns dos principais pressupostos deste campo teórico são definidos por Prout&James (1990), Javeau (1992) e Qvortrup (1993), entre os quais podemos destacar:

- A infância é uma forma particular e distinta em qualquer estrutura social é, portanto, uma categoria permanente, componente estrutural e cultural da sociedade e variável de análise social;
- As crianças são atores sociais, co-construtores da infância e da sociedade;
- A socialização é uma experiência coletiva e as crianças têm papel ativo nesse processo.
- Capacidade de inovação/criação cultural (reprodução interpretativa). Valor próprio das relações e culturas infantis.
- A infância é uma categoria minoritária clássica, objeto de tendências marginalizadoras e paternalizadoras.

Esses pressupostos trazem uma concepção de criança muito diferente da que vinha sendo desenvolvida até então no campo da sociologia, de tal forma a possibilitar novos

elementos e paradigmas também para a educação infantil. Vale destacar novamente que embora saibamos que a educação infantil não seja o objeto direto das pesquisas no interior da sociologia da infância, é possível reconhecer efeitos de um campo sobre o outro. Isso ocorre porque as instituições de educação infantil são um dos poucos locais restantes em que prevalece a experiência da infância e onde se estabelecem de forma majoritária as relações coletivas entre as crianças, ou seja, as instituições de educação infantil são locais plenos da socialização entre pares, despertando interesse naqueles que tomam como referência as temáticas trazidas pela sociologia da infância.

No interior destes temas, é possível destacar alguns que se tornam mais recorrentes, tais como: a temática da socialização da criança pequena, na qual se inserem pesquisas em torno das relações geracionais e alteridades para com as crianças (SARMENTO, 2005), das práticas parentais e experiências das crianças nesses contextos (MONTANDON, 2005), da socialização da criança e seu modo de intervir socialmente (BELLONI, 2007, entre outras); a temática da cultura infantil ou das culturas infantis, ritos ou rituais, que são também uma extensão do tema da socialização (DANIC, 2008; DELALANDE, 2003; PINTO e SARMENTO, 1997; SIROTA, 2005; CORSARO e EDER, 1990, CORSARO, 2005a, entre outros); a pesquisa com crianças e a valorização da experiência infantil (RAYOU, 2005, ALDERSON, 2005, entre outros); e por fim, a reafirmação do campo teórico e a busca por sua consolidação (SIROTA, 2006, QVORTRUP, 1993, JAMES, JENKS e PROUT, 1998, entre outros).

Só é possível pensar em culturas infantis, em ritos ou rituais infantis, se considerarmos o pressuposto de que as crianças interferem na cultura, se apropriando dela, mas também a modificando e criando novas formas de interagir e de ser no meio já existente. Da mesma forma, só se valoriza a pesquisa com e por crianças quando se acredita que elas têm um modo especial de se expressar, de ser e de dizer. E mais, quando se acredita que elas têm o que dizer. Por esse motivo, esses são os eixos destacados da sociologia da infância que verificamos afetar também o modo de pensar e fazer a educação infantil. Debruçaremos-nos sobre eles a seguir.

A SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA

Plaisance (2004) compreende que, em termos da socialização das crianças pequenas, o que temos hoje é uma situação bastante contraditória: os adultos procuram garantir os direitos das crianças de tal forma que sua inserção no meio social possa estar assegurada de direitos e amparos legislativos; por outro lado, impõe-se a ela uma maneira de ser criança, de se inserir e

de se comportar diante do mundo adulto. Trata-se, segundo o autor, de uma forma de coerção mais sutil de produzir crianças na direção de certa infância e de se manter uma concepção vertical de socialização.

Com o intuito de inverter essa lógica, alguns trabalhos dentro da sociologia da infância irão formular a ideia de que a socialização da criança pequena ocorre sim por meio, com e através do adulto ou das instituições socializadoras. Contudo, ressalta-se que a criança formula, inventa e cria seus próprios espaços de socialização.

O trabalho de Delalande (2003) evidencia alguns aspectos importantes nesse sentido. Após sete anos de pesquisa com crianças, ressaltando principalmente os espaços de recreação nos quais as crianças relacionam-se mais intensamente entre si (*entre seus pares*, como prefere dizer), a autora afirma que existe um vasto campo das dimensões sociais e culturais de relação entre as crianças. Algumas aprendizagens são definidas, delineadas pelos adultos, contudo há as que são deliberadas pelas próprias crianças. Entre elas configuram-se uma espécie de grupos identitários, definidos pela aquisição de alguns saberes que são valorizados pelos seus membros.

Influenciados por vertentes teóricas da antropologia e da etnografia, alguns pesquisadores nessa linha irão promulgar a ideia de uma *cultura da infância* ou de uma *cultura infantil*. Para Corsaro (2005a), um dos principais conceitos da nova sociologia das crianças é a ideia de que as crianças são ativas, agentes sociais criativos, e produzem suas próprias e únicas culturas infantis, enquanto simultaneamente contribuem para a produção da sociedade adulta.

Em contraposição ao conceito de socialização de Durkheim, centrado na ideia de inculcação de normas e valores, Corsaro cunha o termo “reprodução interpretativa” para se referir às socializações infantis. O autor afirma que este processo é constituído de três tipos de ação coletiva: (1) Apropriação criativa, por parte das crianças, das informações e conhecimentos do mundo adulto; (2) produção e participação infantil em uma série de culturas de pares; e (3) contribuição das crianças para a reprodução e extensão da cultura adulta. A cultura aqui é entendida como relação e produção da vida humana, na qual se expressam as normas, os valores, os costumes, como ocorrem nos processos de socialização das crianças pequenas. Alguns autores fazem essa discussão enfatizando o termo cultura, como Corsaro (2005a e 1990), Delalande (2003) e Danic (2008), e outros enfatizam tais processos por meio da ideia de rituais ou ritos, como Sirota (2008).

A CULTURA, OS RITOS E RITUAIS INFANTIS

É possível entender que a cultura infantil – ou as culturas infantis, como preferem chamar alguns autores (PINTO e SARMENTO, 1997, e JEVEAU, 2005) – é uma extensão do tema da socialização das crianças pequenas, ou mesmo parte dele, uma vez que é a partir dos processos de socialização ou da *reprodução interpretativa* do mundo (CORSARO, 2005a) que se criam e se produzem as culturas infantis. Contudo, há diferentes maneiras de se investigar essa temática.

Sirota (2005) discute a socialização das crianças por meio do estudo de rituais que se dão como espaços de negociação entre adultos e crianças e, ao mesmo tempo, como espaços de produção de cultura infantil. Segundo a autora, nos aniversários infantis, por exemplo, é possível perceber uma série de processos socializadores que envolvem aspectos financeiros, culturais, relações de gênero, geracionais, negociação entre crianças, entre outros.

A PESQUISA COM E POR CRIANÇAS PEQUENAS

A temática da pesquisa com e por crianças ganha especial atenção na medida em que se tomam as crianças como atores sociais que desde pequenos não apenas se apropriam das regras e valores da sociedade em que estão inseridos, mas agem ativa e criativamente sobre eles, contribuindo para sua reprodução e extensão. Se tomamos as crianças como atores sociais, co-constructores da infância e da sociedade, e a socialização como uma experiência coletiva, observamos a necessidade de realização de mais pesquisas na área das ciências sociais que considerem a criança por esta nova ótica. Destacam-se nesta perspectiva os seguintes autores: James, Jenks e Prout (1998), Rayou (2005), Alderson (2005), Corsaro (2005b) e Delgado e Muller (2005).

A sociologia da infância coloca a criança como uma população singular, que se constitui como ator social, atuante na dinâmica social, possível de ser analisado dentro da sociologia, que formula rituais e culturas próprias (culturas infantis) por meio de processos de socialização que não são verticais. Todos esses elementos colocam para a sociologia da infância o desafio de afinar os instrumentos metodológicos para investigar as crianças.

Para Rayou (2005), ao analisar essa categoria é preciso ter um tanto de “*alma de criança*”, um tanto de “*alma de historiador*”, de “*jurista*” e de “*economista*”, entendendo que esta se constitui por meio de uma multiplicidade de arranjos e contextos (2005, p.386) e propõe a utilização do “*método dos cenários*” definido por Piaget (1932), pois sugere colocar as

crianças diante de situações probatórias que possam fazer emergir seus valores e seus julgamentos a respeito da ação investigada (RAYOU, 2005, p. 471). Além disso, o autor procura observar os “*acontecimentos-chaves*” ao longo da rotina infantil nas instituições escolares de tal forma a levantar hipóteses sobre os processos de construção de suas ideias e valores (RAYOU, 2005, p. 473).

Corsaro (2005b) propõe algumas reflexões em torno de pesquisas etnográficas e da etnografia longitudinal. Entende-se primeiramente que a “*(...) documentação de entrada, a aceitação e participação é imperativa nos estudos etnográficos*” (CORSARO, 2005b, p. 3). Essa participação tem um efeito na coleta de dados sobre as práticas rotineiras com as crianças, seja por meio de entrevistas informais, anotações de campo, gravações audiovisuais ou de outros artefatos presentes no cotidiano pesquisado. Por meio dessa participação e da presença do pesquisador na rotina dos pequenos pesquisados é possível perceber, segundo o autor, os processos que são produtivos ou reprodutivos das culturas locais.

É importante notar, contudo, que a linguagem das crianças nem sempre corresponde à mesma linguagem dos adultos e por isso é preciso considerar mais do que aquilo que é dito verbalmente, como por exemplo, captar a linguagem de sinais, quando o universo pesquisado pertencer a crianças que não podem ouvir ou falar, captar sons e linguagens corporais expressivas, como para bebês por exemplo.

Outro avanço significativo também começa a surgir por investigações que colocam as crianças como pesquisadoras (ALDERSON, 2005). A autora destaca que crianças podem se envolver em pesquisas em 3 diferentes contextos: (1) Projetos cotidianos feitos nas escolas; (2) Projetos criados e conduzidos por adultos com a participação de crianças; e (3) Pesquisas iniciadas e dirigidas por crianças e adolescentes. A autora destaca em especial as pesquisas deste último tipo e apresenta os trabalhos realizados por crianças em diversos países e contextos. Segundo a autora, a participação das crianças nas pesquisas envolve uma mudança paradigmática: de objeto para sujeito; isso significa pensar que as crianças falam por si mesmas e é preciso criar instrumentos metodológicos que permitam que as crianças falem.

Delgado e Muller (2005) afirmam que na produção acadêmica brasileira sobre as crianças e suas culturas, ainda não possuímos uma tradição de estudos que tratem das vozes das crianças por elas próprias. As autoras apontam para a ausência das crianças como protagonistas das pesquisas brasileiras e a influência de uma ciência androcêntrica que nasce com a modernidade. Apresentam a etnografia das infâncias, proposta por Corsaro, como possibilidade

de contato e aceitação dos adultos nos grupos infantis para a compreensão das suas culturas de pares e levantam algumas ideias acerca dos traços das culturas infantis como base teórica para a construção de outros modos de fazer pesquisa, que articulem ciência e estética, razão e emoção, fantasia e realidade.

A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA NO BRASIL

Ao fazermos um balanço histórico dos estudos da infância no Brasil, somos levadas para a década de 1930, marcada pelo movimento modernista no qual diferentes artistas brasileiros, influenciados pelo cubismo e pelo futurismo, procuravam transformar a produção artística brasileira, especialmente a literatura e as artes plásticas. Mário de Andrade estava mergulhado neste movimento e procurou trazer para a literatura a singularidade da realidade brasileira. O estudo por ele realizado sobre as crianças e suas manifestações folclóricas pertencia a este projeto de conhecer e expandir nossa cultura. Autoras brasileiras já recuperaram estes estudos, que também contribuíram para a expansão e consolidação do campo, tais como Faria (1999) e Gobbi (2002).

Uma década mais tarde, nos anos de 1940, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes insere a temática da cultura brasileira e do folclore nos estudos sociológicos. A inflexão que Florestan Fernandes faz é no sentido de dar ao folclore uma valoração diferente da que vinha sendo dada, como uma subcultura, uma cultura menor, inferior. Ao valorar o folclore, incluindo o folclore infantil como cultura, Fernandes (1946) transforma também o campo da sociologia.

No texto que foi publicado em 1946 e que se refere a sua tese de doutorado chamada *“Folclore e mudança social na cidade de São Paulo”* Fernandes escreve um capítulo referente aos grupos infantis. O estudo destes grupos, conhecidos por “troças” ou “trocinhas” revelou diferentes formas de interação entre as crianças, considerando as relações de poder entre meninos e meninas, as formas de inserção e as regras de permissão na entrada de novas crianças nas troças; revelou ainda a forma pela qual as crianças expressam as relações raciais, de gênero e sociais a partir de suas brincadeiras, e, talvez o mais importante, compreendeu todas estas relações manifestas no interior do que se compreendia por folclore infantil, e que Florestan cunhou *“Cultura Infantil”*. Esta denominação conferiu, pela primeira vez no Brasil, o reconhecimento de que as crianças e os grupos infantis estabelecem uma relação dinâmica com a estrutura social, ou seja, a compreensão de que elas assimilam, reproduzem, modificam, criam formas próprias de relacioná-las na relação com seus grupos. A cultura infantil é para o

sociólogo “(...) *uma cultura constituída de elementos culturais quase exclusivos dos imaturos e caracterizados por sua natureza lúdica atual*” (Florestan, 2004, p. 245).

A produção acadêmica brasileira tem considerado Florestan Fernandes um pioneiro do campo da sociologia da infância em nosso país e, a partir de seus estudos, diferentes pesquisas foram acionadas, tais como as de Faria e Finco (2011), Nascimento (et AL, 2013) e Abramowicz (2015), cada qual envolvendo diferentes pesquisadoras e temas recorrentes do campo no Brasil. É possível perceber, no contexto brasileiro, que as pesquisadoras que se inserem neste campo têm também pensado a educação infantil e a infância de modo que as convergências entre estas mobilizações teóricas têm se instalado de forma mais veemente.

Quando destacamos o pioneirismo de Florestan Fernandes também nos remetemos ao mesmo mérito de Marcel Moss, que em 1937, na França, estabelecia seu lugar no campo da sociologia da infância ao pensar criticamente a abordagem de Piaget em relação às crianças e ao seu desenvolvimento cognitivo. Moss enfatizou o caráter simplista pelo qual Piaget compreendeu a criança, sustentou a ideia de que Piaget estudou crianças abastadas em situações distintas das que viviam e ainda, que Piaget universalizou um modo de se compreender a infância pelas etapas de desenvolvimento por ele estabelecidas. É de se lembrar também que nesta mesma época Henri Wallon assumia como titular a cadeira da Psicologia e Educação da Infância do College de France e realizava pesquisas com crianças desde muito pequenas com ênfase nas suas interações (crianças – crianças). Moss discutiu ainda a infância como meio social das crianças e colocou como primordial se discutir as relações geracionais. Estes objetos de estudos que partem da criança são enfatizados e localizados em um estudo que Moss cunha, pela primeira vez, de Sociologia da Infância.

De um lado Florestan Fernandes dando valor à cultura infantil, definindo-a e encampando-a como categoria sociológica, e de outro Moss, cunhando o campo por sociologia da infância. Este foi o início de um processo de constituição do campo da sociologia da infância, hoje ampliada pelo termo Estudos da Infância. O ponto de partida foi a concepção de que as crianças produzem cultura, que são atores sociais e se constituem enquanto categoria analítica. Vale lembrar também que a cultura infantil foi definida a partir do estudo de Florestan e que esta cultura é constituída pelo brincar espontâneo das crianças, nos momentos em que elas têm a possibilidade de estarem menos vigiadas pelo olhar adulto e menos condicionadas a uma atividade educativa.

Houve um longo período de recesso destes estudos sociológicos e somente na década de 1980 e mais enfaticamente na década de 1990 é que se retoma o campo com os elementos postos pelos debates anteriores. O termo “Sociologia da Infância”, presente na tese de doutorado de Ethel Kosminsky já em 1992, começa a ganhar espaço na produção brasileira a partir dos anos 2000. Em 1998 e 2001 foram publicados como capítulos de livros os primeiros textos em português de grandes nomes da sociologia da infância internacional (James, Jenks e Prout, 1998; Alanen, 2001; Prout, 2001). Em seguida, a publicação em 2001 de dois artigos sobre sociologia da infância no periódico *Cadernos de Pesquisa* nº 112⁴ e em 2005 do dossiê intitulado "Sociologia da infância: pesquisa com crianças" publicado pela revista *Educação e Sociedade* nº 91⁵ contribuíram para a difusão do termo e das ideias desse novo campo.

É reveladora a informação presente na pesquisa conduzida por Silva, Luz e Faria Filho (2010) que indica que entre um conjunto de 150 grupos de pesquisa dedicados aos temas da infância, crianças e educação infantil em 2008 e 2009, apenas 3 indicavam a sociologia da infância como uma palavra-chave. Hoje são 13 os grupos que indicam a sociologia da infância como palavra chave em seus cadastros junto ao CNPq, o que indica a expansão da sociologia da infância entre os pesquisadores de crianças e infância.

Em relação ao tema da cultura infantil, no qual se insere o brincar, as brincadeiras e as outras formas de expressão das crianças, é importante destacar o que os estudos mais contemporâneos têm apontado: compreende-se que a cultura infantil é constituída pelas formas de expressão realizadas pelas crianças que de alguma maneira interferem na dinâmica da cultura; a expressão “culturas infantis” tem sido também utilizada para indicar que no brincar e nas manifestações das crianças existe o atravessamento de diferentes clivagens, que compõem, por sua vez, uma singularidade para a cultura de cada grupo infantil e ao mesmo tempo corrobora com a noção de que estas singularidades compõem uma pluralidade à noção de cultura. Desta maneira, ao invés de se falar em cultura infantil temos visto também a expressão “*culturas infantis*”.

Compreende-se que ao se instituir a infância e atrelar a ela as atividades do brincar, construiu-se para as crianças um amplo universo de objetos culturais. Este universo de produtos

⁴Os artigos em questão são de autoria de Régine Sirota – intitulado "A emergência de uma sociologia da infância: a evolução do objeto e do olhar" – e de Cléopâtre Montandon – intitulado "A sociologia da infância: um balanço das obras em língua Inglesa".

⁵O Dossiê reunia artigos de Manuel Sarmiento, Claude Javeau, Suzanne Mollo-Bouvier, Eric Plaisance, Priscilla Alderson, William Corsaro, Patrick Rayou, Cléopâtre Montandon e Régine Sirota.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 166-185, Set/Dez, 2017. ISSN: 2236-0441
DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v28i3.4617>

e objetos culturais produzidos para as crianças e não pelas crianças foi denominado “cultura da infância”. Acredita-se ainda que, com a modernidade, com o desenvolvimento das cidades e a crescente privatização dos espaços, a escola da infância torna-se um dos poucos momentos em que as crianças se reúnem, brincam, fazem amizades e também vivenciam conflitos, ou seja, a escola da infância é um dos poucos lugares que possibilita o coletivo infantil. Se a produção da cultura infantil depende destes encontros, destas amizades, destas interações entre crianças, nos quais o brincar é a forma mais expressiva, é preciso ampliar os espaços do brincar e colocá-los como elemento primeiro da educação infantil.

AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES E SUAS INTERFACES COM A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Os “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” assentam-se numa concepção da criança como sujeito de direitos – sendo esse o principal foco do documento em questão. O conceito de educação infantil não é muito explorado, contudo fica estabelecido que é papel das instituições de educação infantil respeitar os direitos fundamentais das crianças, tal como é discriminado no interior deste documento⁶.

O conceito de criança como sujeito de direitos é encontrado também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) que reafirmam e superam o mesmo, incorporando avanços presentes na política, na produção científica e nos movimentos sociais na área. Em seu Art. 3º, o documento reconhece que a criança é possuidora de experiências e saberes, assim descrevendo:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Em seu Art. 4º, o conceito de criança é definido, como:

(...) sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa,

⁶ (Ver CAMPOS e ROSEMBERG, 2009, p.13).

experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O conceito de educação infantil, no caput do Art. 5º do mesmo documento, estabelece que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Estes documentos orientadores do currículo nacional para educação infantil trazem uma concepção de que a criança e a infância se aproximam da sociologia da infância à medida que as consideram no interior de uma atmosfera de direitos e como partícipes da elaboração da cultura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem a ideia de que as crianças possuem *experiências e saberes* (Art. 3), *constroem sua identidade pessoal e coletiva*; (art. 4), *constroem sentidos sobre a natureza e a sociedade* (art. 4) e *produzem cultura* (Art. 4).

Nos critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (MEC/SEB, 2009: 21), fica definido que respeitar os direitos fundamentais das crianças significa, entre outros aspectos, valorizá-las quando tentam “*expressar seus pensamentos, fantasias e lembranças*”; que se verifica quando as crianças querem ouvir “*e contar*” histórias. Estabelece-se ainda que respeitar os direitos das crianças significa também respeitar *as amizades infantis* (ibidem, p.24).

Tais definições se relacionam com o modo como a sociologia da infância compreende os processos de socialização infantil e com o conceito de reprodução interpretativa de Corsaro ou com a proposição de que a cultura infantil se dá no processo de interação entre os pares, tal como compreendia Florestan Fernandes. Há que se destacar que em ambos os documentos, mas especialmente nas Diretrizes Curriculares (DCNEI, 2009), observa-se a concepção de criança como ator social, co-construtor da infância e da sociedade. A identidade coletiva à qual se referem as diretrizes pode ser tomada na perspectiva da infância enquanto categoria analítica

que é construída por adultos e crianças, na perspectiva que vem sendo abordada.

A construção de novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com (...) o rompimento das relações de dominação etária (...) (art.7, V) é uma das principais questões levantadas pela sociologia da infância e que também vemos incorporada ao texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Apesar de todos os avanços trazidos por essa nova proposta curricular, que toma a criança como construtora de cultura, as contribuições das pesquisas com e por crianças e a busca pelo conhecimento das perspectivas das crianças, de seus pontos de vista sobre as questões que lhe afetam, ainda não foi totalmente incorporada.

A criança ainda não é tida como uma parceira competente para o diálogo, ainda não se propõe a escuta das crianças, como estratégia de definição curricular, apesar da criança ter sido definida como alguém que constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade e que produz cultura. *Protagonismo Infantil* é um conceito importante na sociologia da infância decorrente dessa compreensão de que a criança não apenas reproduz, mas produz cultura.

No art.8, parágrafo 1 das Diretrizes, define-se que as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil deverão prever condições (...) que assegurem: III – a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização.

A expressão infantil está prevista na observância de princípios estéticos, nas manifestações artísticas e culturais e no processo de avaliação. O Art. 10 traz que:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.).

Neste trecho, a criança é tomada como interlocutora ao assumir papel ativo no registro das atividades. No entanto, as contribuições da Sociologia no que se refere à escuta de crianças ainda tem muito a considerar quando o assunto é a definição de currículos e propostas

pedagógicas para a educação infantil. Muito mais que participar dos processos de avaliação, é possível repensarmos toda a estrutura e a organização escolar, tendo as crianças como parceiras, uma vez que são elas quem mais têm a nos dizer sobre as instituições de educação infantil e a organização de seus tempos, espaços e atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados desta pesquisa evidenciam um diálogo entre ideias contidas nos “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” (1995/2009) e a concepção de criança e infância que marca as produções da sociologia da infância nacional e internacional. Aponta ainda para a presença de conceitos desse campo nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”, o que evidencia o fato de a proposta curricular para a educação infantil hoje em vigor no Brasil e incorpora avanços da produção científica. Dito de outra forma, ainda que não se confunda com uma pedagogia, a sociologia da infância como campo de conhecimento, ao problematizar a criança, a infância, a cultura infantil, a socialização das crianças pequenas e a pesquisa com e sobre crianças, entre outros temas, tem oferecido subsídios para a proposição de pedagogias específicas e oferecido fundamentos para a construção de currículos para a educação infantil.

A fim de sistematizar os pressupostos da sociologia da infância e suas contribuições para uma abordagem metodológica na educação infantil, finalizamos nosso artigo destacando alguns dos principais conceitos da sociologia que têm impactado a elaboração de pedagogias e currículos para as crianças pequenas: (1) **ATOR SOCIAL**: A sociologia da infância ao trazer a criança como ator social e protagonista reflete na educação infantil ao propor escutar as crianças, o que pode ser feito por meio de roda de conversas, de contação de histórias pelas crianças e não somente para as crianças, e de brincadeiras espontâneas e/ou com a participação dos adultos; (2) **INFÂNCIA COMO CATEGORIA GERACIONAL**: A sociologia da infância, ao compreender a infância como categoria geracional ou estruturante reflete na educação infantil por problematizar as relações verticalizadas. Mobiliza nosso olhar para relações horizontais com as crianças, de diálogo, de respeito a sua pessoa e aos seus sentimentos; e (3) **CULTURA DA INFÂNCIA e CULTURA INFANTIL**: A sociologia da infância, ao conceituar a cultura da infância como aquela que é produzida para as crianças, reflete na educação infantil à medida que mobiliza nosso olhar para questionar o consumismo e problematizar a centralidade dos brinquedos nas brincadeiras.

Simultaneamente, ao considerar que as crianças produzem cultura, o conceito de cultura infantil reflete na educação infantil por incentivar as interações entre as crianças e valorizar suas produções, reconhecendo-as como partícipes dos processos educativos e de socialização. Na educação infantil, tais situações podem ser estimuladas ao possibilitar momentos espontâneos de interações, de modo que as brincadeiras se tornem elemento propulsor de propostas de trabalho.

SOCIOLOGY OF CHILDHOOD, PEDAGOGY AND CURRICULUM OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION: SOME APPROXIMATIONS.

From an understanding of curriculum for early childhood education and care (ECEC) are supported in scientific theories, and in face of increasing development of sociology of childhood, this paper discusses how their main ideas are present in the curriculum of children. Its objective is to point out the presence of ideas defended by the Sociology of Childhood in documents that are related to the pedagogical practice in early childhood education. It emphasizes that the sociology of childhood is not confused with the pedagogy of childhood, although there are possible dialogues between both. It investigates the effects of this field of research on the curricular guidelines for early childhood education from 1995 to the present day, insofar as these guidelines allow to configure a methodological approach that mobilizes a specific look at the child, its socialization and the culture produced spaces of child interactions. From the documentary and bibliographical research, it points out elements of the curricular proposals that approach the debates of the field in question and concludes by highlighting some of the main concepts of sociology that have impacted on pedagogy and curricula for young children, such as actor concepts social, child protagonism, infantile culture and culture of the childhood, and still, the one of generational relations.

KEYWORDS: Childhood; Child education; Curriculum

SOCIOLOGÍA DE LA INFANCIA, PEDAGOGÍA Y CURRÍCULO DE LA EDUCACIÓN INFANTIL: ALGUNAS APROXIMACIONES.

A partir de la comprensión de que las propuestas curriculares para la educación infantil se sustentan en las teorías científicas y con vistas a la expansión de la Sociología de la Infancia, este artículo discute el modo como sus principales ideas se hacen presentes en el currículo de la infantil. Su objetivo es puntuar la presencia de ideas defendidas por la Sociología de la Infancia en documentos norteadores de la práctica pedagógica en la educación infantil. Destaca que la sociología de la infancia no se confunde con la pedagogía de la infancia, aunque haya diálogos posibles entre ambas. Investiga los efectos de este campo de investigación en las orientaciones curriculares para educación infantil en el período de 1995 hasta los días actuales, en la medida en que tales orientaciones permiten configurar un enfoque metodológico que moviliza una mirada específica al niño, a su socialización ya la cultura producida en los espacios de interacciones infantiles. A partir de la investigación documental y bibliográfica, señala

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 166-185, Set/Dez, 2017. ISSN: 2236-0441

DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v28i3.4617>

elementos de las propuestas curriculares que se aproximan a los debates del campo en cuestión y concluye destacando algunos de los principales conceptos de la sociología que han impactado en la pedagogía y en los currículos para los niños pequeños, tales como los conceptos de actor social, protagonismo infantil, cultura infantil y cultura de la infancia, y aún, el de relaciones generacionales.

PALABRAS CLAVES: Infancia; Educación Infantil; currículo

REFERÊNCIAS:

ABRAMOWICZ, A. *Estudos da Infância no Brasil: encontros e memórias*. 1ª ed. São Carlos: EdUFSCar, 2015. v. 1

ALDERSON, P. As Crianças como Pesquisadoras: Os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Educ. Soc., Campinas*, Vol. 26, N. 91, P. 419-442, Maio/Ago. 2005.

BELLONI, M. L. Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. *Caderno Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, 41-56, jan./jun. 2007.

BRASIL, Ministério da Cultura e da Educação. *Diretrizes Curriculares para Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, M. M. e ROSEMBERG, F. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília, MEC/SEB, 2009 (1a. Edição em 1995).

CNE/MEC, Parecer nº. 20/2009 - *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* publicado no D.O.U. de 9/12/2009, Seção1, pág. 14.

CORSARO, W. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005b.

_____. A. *The Sociology of Childhood*. 2. ed. London: Sage Publications, 2005a.

CORSARO, W. & Eder, D. Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, 16, 197-220, 1990.

CRUZ, S. (org.) *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008.

DANIC, Isabelle. La production des cultures enfantines. Ou la culture enfantine com merealite dynamique et plurielle. Communication ou colloque "Cultures Enfantines": Universalité et Diversité. *Interacções*, nº 10, PP 6-13, 2008.

DELALANDE, J. Culture enfantine et règles de vie. Paris, France: Terrain –*Revue d'ethnologie de l'Europe*. *Enfant et apprentissage*. Numéro 40, p. 2-14, 2003.

DUBET, F. *Le déclin de l'institution*. Paris: Seuil, 2002.

FARIA, A. L. (Educação & Sociedade nº 92) Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 26, p. 1013-1038, 2005.

_____. *Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil*. 2ª Ed. Campinas - SP: Cortez/Coedição Editora Unicamp, 2ª edição, 2002. V. 1. 240p.

_____. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação & Sociedade*, 1999.

FARIA, A. L. FINCO, D. (Orgs). *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2011.

GOBBI, M. A. Imagens de crianças nos parques. *Revista Pro-posições*, Campinas, vol. 13, N. 2 (38) - maio/ago. 2002.

HÖFLING, J. Estado e políticas (públicas) sociais. In: *Caderno Cedes*, ano XXI, nº.55, novembro, 2001.

JAMES, A; JENKS, C e PROUT, A. *Theorizing Childhood*. New York: Teachers College Press, 1998.

JAVEAU, C. Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? In: *Revista Educação & Sociedade*, Ago 2005, vol. 26, n. 91. p.379-403.

_____. Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales. In: *Reproduction, représentation et diffusion interdites*. Loi du 1er juillet 1992.

JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Casa – Histórico do Atendimento* disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=493&Cod=485>> Acesso em 15/08/2006.

KUHLMANN JR, M. *Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre, Ed. Mediação, 1998.

_____. *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899 – 1922)*. In: *Cadernos de Pesquisa* n. 78, 1991.

MONTANDON, C. As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 485-507, Maio/Ago. 2005.

MAUSS, M. Três observações sobre a sociologia da infância. *Pro-Posições* 21.3, 2010. Pp 237-244.

MORUZZI, A. Fúlvia Rosemberg in: ABRAMOWICZ, Anete. *Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias*. São Carlos: EDUFSCar, 2015, pp. 55-76.

NASCIMENTO, M. L. Como se conduz a pesquisa da infância quando a educação é mais um campo a compor seus estudos? Alguns elementos para discussão. *Currículo sem Fronteiras* 15.1, 2015. Pp 79-93.

Ñuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 166-185, Set/Dez, 2017. ISSN: 2236-0441
DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v28i3.4617>

NASCIMENTO, M. L. et al. *Infância e sociologia da infância: entre a invisibilidade e a voz: Relatório de pesquisa*. 1ª. ed. São Paulo: FEUSP, 2013. v. 1. 164 p.

PASSETI, E. *Crianças carentes e políticas públicas* In: DEL PRIORI, M. História das crianças no Brasil. São Paulo, Contexto, 2000.

PIAGET, J. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: PUF, 1932.

PINTO, M. e SARMENTO, M. (coordenação). *As crianças – contextos e identidades*. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança, 1997.

PLAISANCE, E. Por uma sociologia da pequena infância. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 221-241, abril 2004.

QVORTRUP, J. *Nove teses sobre a infância como um fenômeno Social*. Eurosocial Report, nº 47, 1993, pp. 11 – 18.

RAYOU, P. Crianças e Jovens, Atores Sociais na Escola. Como Os Compreender? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 465-484, Maio/Ago. 2005.

ROCHA, E. *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SARMENTO, M. e GOUVEA, M. C. (orgs). *Estudos da Infância*. Educação e Práticas Sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SARMENTO M. Gerações e Alteridade: Interrogações e partir da Sociologia da Infância. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago, 2005.

SILVA, R. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ed. Atica, 1998.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p. 7- 31/março/ 2001.

_____. Petit objet in solite ou champ constitué, la Sociologie de l'Enfance est-elle encore dans les choux? In: SIROTA, R. (Org.). *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*. Rennes: PUR, 2006.

SIROTA, _____. Primeiro os amigos: os aniversários da infância, dar e receber. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 535-562, Maio/Ago. 2005.

TEBET, Gabriela G. de C. *Isto não é uma criança!* Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da sociologia da infância de língua inglesa. Tese Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, 2013.

Recebido em junho de 2016
Aprovado em agosto de 2017

Ñuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 166-185, Set/Dez, 2017. ISSN: 2236-0441
DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v28i3.4617>